

Clube dos Previdenciários de Brasília**RETIFICAÇÃO**

Na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, publicada no Diário Oficial de 12/03/98, seção III, pág. 73, onde se lê: sob número 26.765, leia-se sob o número 26.766.

(Nº 88.051 - 19-4-98 - 2cm - R\$ 29,56)

Geap-Fundação de Seguridade Social**EXTRATOS DE RESCISÃO DE CONVÊNIO**

Espécie: Extrato de Termo de Rescisão do Convênio de Adesão/96, celebrado entre a GEAP - Fundação de Seguridade Social e a Universidade Federal do Piauí.
Objeto: Rescindir, unilateralmente, o Convênio/96.
Fundamento legal: Cláusula Sétima do Convênio de Adesão.
Vigência: Considera-se rescindido o Convênio a partir da data de assinatura do Termo de rescisão.
Data de Assinatura: 01/04/1998.
Assina o Instrumento: Ricardo Akel, Diretor Executivo da GEAP - Fundação de Seguridade Social.

Espécie: Extrato de Termo de Rescisão do Convênio de Adesão nº 04/96, celebrado entre a GEAP - Fundação de Seguridade Social e a Universidade Federal de Goiás.
Objeto: Rescindir, unilateralmente, o Convênio nº 04/96.
Fundamento legal: Cláusula Sétima do Convênio de Adesão.
Vigência: Considera-se rescindido o Convênio a partir da data de assinatura do Termo de rescisão.
Data de Assinatura: 01/04/1998.
Assina o Instrumento: Ricardo Akel, Diretor Executivo da GEAP - Fundação de Seguridade Social.

(Of. nº 70/98)

Link-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
CONSTITUIÇÃO**

A pessoa física abaixo subscrita, na condição de quotista controlador, por intermédio do presente instrumento, I - DECLARAM: 1. Sua intenção de constituir uma instituição com as características abaixo especificadas: Denominação Social: LINK - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Local da Sede: São Paulo-SP. Capital Inicial: R\$ 267.022,00. Composição Societária: DANIEL CARDOSO MENDONÇA DE BARROS, CPF nº 099.964.778-43. Percentual de Participação: 99,99%. Administração: DANIEL CARDOSO MENDONÇA DE BARROS, acima qualificado, diretor. 2. Que o valor do seu patrimônio constitui lastro suficiente para a implementação do empreendimento. 3. Que não possui quaisquer restrição cadastral e desfruta de reputação ilibada e, ainda, que não foi nem está sendo responsabilizado em ação judicial ou processo administrativo junto ao poder público. II - ESCLARECE que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta, por intermédio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, esclarecendo que o declarante lerá, na forma da legislação vigente, direito a vistas do processo respectivo. BANCO CENTRAL DO BRASIL - Av. Paulista, 1.804 - 01310-200, Protocolo nº 9800836382. III - Local e data: São Paulo, 27 de março de 1998. IV - Nome do subscritor: Daniel Cardoso Mendonça de Barros.

(Nº 88.016 - 19-4-98 - 15 Cm - R\$ 221,70)
(DIAS: 2, 9 e 16-4-98)

Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB**RESOLUÇÃO CEN Nº 5, DE 17 DE MARÇO DE 1998**

A COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL do PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB, no uso da competência que lhe confere o art. 65 c/c o art. 61 do Estatuto, e na forma do que dispõe o art. 7º e seu §1º, da Lei nº 9.504, de 30/09/97, e o art. 3º, § 1º das Instruções aprovadas pela Resolução do TSE nº 20.100, de 26/02/98, e tendo em vista estabelecer normas para a realização das convenções nacional e estaduais destinadas a deliberar sobre escolha e substituição dos candidatos e a formação de coligações para as eleições de 04 de outubro de 1998, resolve expedir as seguintes Instruções:

CAPÍTULO I - DA CONVENÇÃO NACIONAL

Art. 1º. A Convenção Nacional para escolha de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, bem como deliberação sobre coligações para a eleição de 04 de outubro 1998, será realizada no período de 10 a 30 de junho de 1998, em Brasília, Distrito Federal, ou, por escolha da Comissão Executiva Nacional, em qualquer outra capital de Estado ou cidade do País, em qualquer dia da semana, observado o que estabelece o art. 153 c/c o art. 20, do Estatuto do PSDB, e as disposições da Lei nº 9.504, de 30/09/97, que estabelece normas para as eleições.

Parágrafo Único. O ato de convocação da Convenção Nacional deverá ser feito nos termos do art. 32, do Estatuto, observados os seguintes requisitos:

- I - publicação do Edital em jornal diário de circulação nacional, e afixação na sede nacional do Partido, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias;
- II - remessa, pelo correio, no prazo a que se refere o inciso anterior, aos membros do Diretório Nacional, aos membros do Partido no Congresso Nacional e aos Delegados dos Estados e do Distrito Federal, bem como aos respectivos Diretórios Estaduais;
- III - designação do lugar, dia e hora da Convenção, com indicação da matéria incluída na pauta e objeto de deliberação.

Art. 2º. A Convenção Nacional é constituída (art. 59, do Estatuto):

- I - dos membros do Diretório Nacional;
- II - dos Delegados dos Estados e do Distrito Federal;
- III - dos representantes do Partido no Congresso Nacional (Deputados Federais e Senadores);

Art. 3º. A Convenção Nacional poderá instalar-se com a presença de qualquer número de convencionais, mas as deliberações somente poderão ser tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros (art. 31 e 33, do Estatuto).

§ 1º. A Convenção Nacional será presidida pelo Presidente do Diretório Nacional.

§ 2º. As deliberações sobre escolha de candidatos e formação de coligações serão tomadas por voto direto e secreto, proibidos o voto por procuração e o voto cumulativo, observado o que dispõem os §§ 1º e 2º, do art. 31, do Estatuto do PSDB.

Art. 4º. Todas as deliberações e os nomes dos candidatos constarão da ata, lavrada no livro

próprio, aberto e rubricado pelo Tribunal Superior Eleitoral, observado o que dispõe o art. 8º, da Lei nº 9.504/97, e o art. 35, §§ 3º e 4º, do Estatuto, podendo ser utilizado o livro existente e já formalizado, devendo a ata ser subscrita pelo Presidente do Diretório Nacional, pelo Secretário-Geral e pelos convencionais que o desejarem.

Parágrafo Único. As presenças dos convencionais serão registradas em lista auxiliar de presenças, que será autenticada e encerrada pelo Presidente da Convenção.

Art. 5º. A inscrição de candidatos à eleição presidencial, para decisão da Convenção Nacional, poderá ser feita pela Comissão Executiva Nacional ou por grupo de 20% (vinte por cento) de convencionais, até às 18 (dezoito) horas do segundo dia anterior ao da Convenção.

§ 1º. No processamento do pedido de inscrição de candidatos serão observadas, no que for aplicável, as normas estabelecidas no art. 25, do Estatuto, para o registro de chapas de candidatos a órgãos partidários.

§ 2º. O requerimento de inscrição dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República será instruído com o expresso consentimento dos candidatos.

§ 3º. Considerar-se-ão escolhidos os candidatos que obtiverem a maioria de votos dos presentes.

Art. 6º. As propostas de formação de coligação poderão ser apresentadas pela Comissão Executiva Nacional ou por 25% (vinte e cinco por cento) dos convencionais, e dependerão da aprovação pela maioria absoluta de votos dos membros da Convenção Nacional, observadas as normas estabelecidas no art. 6º, da Lei nº 9.504, de 30/09/97.

CAPÍTULO II - DAS CONVENÇÕES ESTADUAIS

Art. 7º. As Convenções Estaduais destinadas à escolha dos candidatos a Governador e Vice-Governador, Senador e Suplentes, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital, serão realizadas no período de 10 a 30 de junho de 1998, mediante convocação das Comissões Executivas Estaduais ou Comissões Estaduais Provisórias, em data por elas fixadas, observado o que estabelece o art. 153 c/c o art. 20, do Estatuto do PSDB, e as disposições da Lei nº 9.504, de 30/09/97, que estabelece normas para as eleições.

Art. 8º. As Convenções Estaduais serão constituídas (art. 78, do Estatuto):

- I - dos membros do Diretório Estadual;
- II - dos representantes do Partido eleitos no Estado para o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa;
- III - dos membros do Diretório Nacional com domicílio eleitoral no Estado;
- IV - dos Delegados dos Municípios e, quando se tratar de municípios com mais de quinhentos mil eleitores, também dos Delegados das Zonas Eleitorais respectivas, observado o que dispõe o art. 78, §§ 1º a 4º, do Estatuto.

Art. 9º. As Convenções Estaduais nos Estados onde não houver Diretório Estadual organizado, serão convocadas pela Comissão Estadual Provisória designada pela Comissão Executiva Nacional nos termos do art. 44, do Estatuto do PSDB, e serão constituídas:

- I - dos membros da Comissão Estadual Provisória designada;
- II - dos representantes, membros e delegados a que se referem os incisos II, III e IV, do artigo anterior.

Art. 10. A Convenção Estadual será presidida pelo Presidente do Diretório Estadual ou da Comissão Estadual Provisória, aplicando-se as mesmas normas estabelecidas nos arts. 3º e 4º, desta Resolução, para a Convenção Nacional.

Art. 11. A Convenção Estadual poderá ser realizada na capital ou, por deliberação da Comissão Executiva ou Provisória Estadual, em qualquer cidade do respectivo Estado, em qualquer dia da semana, observadas, na sua convocação, as disposições do art. 32, do Estatuto.

Art. 12. A inscrição de candidatos às eleições majoritárias e de chapas às eleições proporcionais poderá ser feita pela Comissão Executiva ou Comissão Provisória Estadual ou por grupo de 10% (dez por cento) dos convencionais, até 48 (quarenta e oito) horas do início da Convenção.

§ 1º. Nenhum convencional poderá subscrever mais de uma chapa, sob pena de ficarem anuladas as assinaturas em dobro, e nenhum candidato poderá concorrer ao mesmo cargo em chapas diferentes, podendo, entretanto, concorrer a cargos diferentes na mesma Convenção.

§ 2º. A inscrição de candidatos e de chapas será instruída com declarações, individuais ou coletivas, de consentimento dos candidatos, e poderá indicar o subscritor que, como fiscal, poderá acompanhar a votação, apuração e proclamação dos resultados.

Art. 13. Considerar-se-ão escolhidos os candidatos a Governador e Vice-Governador e a Senador e Suplentes que obtiverem a maioria de votos dos presentes, em votação direta e secreta.

Art. 14. Se houver mais de um candidato ao mesmo cargo ou mais de uma chapa para a eleição proporcional, o Presidente da Convenção mandará numerar as indicações e as chapas, observada a ordem decrescente do número de seus subscritores; a seguir, mandará proceder à leitura dos nomes inscritos, observada a ordem numérica que tiver recebido as indicações ou chapas.

§ 1º. Cada convencional votará somente em um candidato a Governador e Vice-Governador e a Senador e respectivos Suplentes, se for o caso.

§ 2º. Cada convencional votará em um dos nomes integrantes da chapa para os cargos proporcionais, sendo o seu voto computado para o candidato indicado e para a chapa, para os fins de cálculo da proporcionalidade.

Art. 15. Havendo mais de uma chapa inscrita para os cargos proporcionais, será considerada eleita, em toda a sua composição, a chapa que alcançar mais de 80% (oitenta por cento) dos votos válidos apurados, contando-se como válidos os votos em branco.

§ 1º. Se houver uma só chapa, será considerada eleita em toda a sua composição, desde que alcance 20% (vinte por cento), pelo menos, da votação válida apurada.

§ 2º. Não atingindo qualquer das chapas concorrentes o percentual de que trata o caput deste artigo, os lugares a preencher serão divididos proporcionalmente, mediante cálculo dos quocientes da convenção e das chapas, entre as que tenham recebido, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos votos dos convencionais.

§ 3º. Obtém-se o quociente da convenção, dividindo-se o total de votos válidos dados a todas as chapas pelo número de lugares a preencher; obtém-se o quociente de chapa, dividindo-se o número de votos válidos atribuídos a cada chapa pelo quociente da convenção.

§ 4º. No cálculo dos quocientes, despreza-se a fração se igual ou inferior a meio, e considera-se equivalente a um, se superior.

Art. 16. Estarão escolhidos de cada chapa tantos candidatos quantos o seu quociente indicar, observada a ordem de votação nominal e, se necessário para completar o número, a ordem de colocação na chapa.

Parágrafo Único. Os lugares que não forem distribuídos com a aplicação dos quocientes das chapas serão atribuídos mediante a observância das seguintes normas:

- I - dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada chapa pelo número de lugares por ela obtido, mais um, cabendo à chapa que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;
- II - repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares.

Art. 17. As propostas de coligação poderão ser apresentadas pela Comissão Executiva ou Comissão Provisória Estadual ou por 30% (trinta por cento) dos convencionais, e dependerão da